

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	
Título do Projeto: REFORMA DA EEEFM MARIANO FIRME DE SOUZA	
Delimitação do Objeto a ser Licitado: Contratação de empresa através de licitação na modalidade tomada de preço visando a REFORMA DA EEEFM MARIANO FIRME DE SOUZA , localizada em Cariacica/ES, com fornecimento de mão-de-obra e materiais.	
Modalidade de Licitação – Base Legal: Art. 23, inciso I, letra b, da Lei nº 8.666/93;	Dados Orçamentários: Programa de Trabalho:
Estimativa de Custos Global – Base Legal: Art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;	12.361.0033.1672 – Modernização, ampliação e adequação da rede de escolas do Ensino Fundamental
R\$ 1.471.703,41 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos).	12.362.0033.1673 – Modernização, ampliação e adequação da rede de escolas do Ensino Médio
	Natureza da Despesa: 449051 Subelemento: 06 Fonte de Recursos: 0102 e 0114
Prazo Estipulado para os Contratos – Base Legal: Art. 57, inciso I, da Lei nº 8.666/93 540 dias	
Unidade Administrativa Responsável pela Coordenação Geral do Projeto: Subsecretaria de Estado de Suporte a Educação - SESE/SEDU Gerência de Rede Física Escolar – GERFE/SEDU Subgerente de Projetos, Regularizações e Acompanhamentos de Convênios – SUPROJ/SEDU	
Responsáveis pela Elaboração do Projeto: Marcelo Amorim Gonçalves – Gerente de Rede Física / André Luis Servino Alvarenga – Subgerente de Projetos, Regularizações e Acompanhamentos de Convênios / Estepheson José Barbosa Madeiros – Assessor Especial	
Data de elaboração: 10/06/2021	
Data prevista para implantação: 09/10/2021	
Número da versão e data: Versão 1.0 – 10/06/2021	
Assinatura do Responsável pelo Programa ou Projeto Marcelo Amorim Gonçalves	Identificação do Nível de Alçada: <input type="checkbox"/> Valor estimado de até R\$ 100.000,00 (subsecretário da área). <input type="checkbox"/> Valores acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 500.000,00 (aprovação pelo conjunto dos subsecretários SEDU). <input checked="" type="checkbox"/> Valores acima de R\$ 500.000,00 (aprovação pelos subsecretários em conjunto com o secretário da SEDU).
Dispensada análise do COAP conforme Ata de padronização Nº 23/2019 em anexo, realizada em reunião no dia 20/11/2019. O COAP foi instituído por meio da PORTARIA nº 072-R, de 28 de junho de 2017. Publicado no DOEES em 29.06.2017.	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

TERMO DE REFERÊNCIA

Este termo de referência é pertinente à contratação de empresa, visando o objeto descrito no item seguinte.

1. DO OBJETO

1.1. Execução de REFORMA DA EEEFM MARIANO FIRME DE SOUZA, com fornecimento de mão-de-obra e materiais.

1.2. Serão executadas:

- I. Reforma geral interna;
- II. Reforma geral externa;
- III. Adequações as normas de acessibilidade;
- IV. Reconstrução completa de muro de fechamento;
- V. Reconstrução da cobertura da área de serviços;
- VI. Construção de calçada externa do tipo cidadã;
- VII. Intervenções das instalações hidrossanitárias e elétricas;
- VIII. Execução de instalações hidrossanitárias, elétricas e climatização;
- IX. Urbanização do pátio externo;
- X. Adequação dos ambientes às normas do CBMES.

2. DO OBJETIVO

- 2.1. As intervenções nos blocos educacionais e administrativos contemplam a substituição de piso, execução de chapisco e reboco nas paredes, pintura em geral, substituição de barrado cerâmico e roda de parede, substituição de esquadrias nas salas educacionais, instalação de telas de proteção, reparos na cozinha e apoio, reforma nos banheiros dos alunos, e adequações nas instalações hidrossanitárias;
- 2.2. Construção dos muros de divisa e cercamentos, urbanização no ambiente externo, pavimentação externa, e construção da calçada cidadã;
- 2.3. Instalação de reservatório polietileno com capacidade de 20.000 litros, e instalação de gradil nylofor;
- 2.4. Nivelamento de pisos, adequação em rampas, instalação de barras de apoio, instalação de banheiro PNE;
- 2.5. Substituição da cobertura existente da área de serviços por cobertura em telhas termoacústicas inclusive instalação de estruturas metálicas; e
- 2.6. Execução das instalações elétricas atendendo todas as especificações normativas, climatização das salas de aulas e laboratório, instalação de ventiladores.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. Considerando que o muro se encontra incompleto, é baixo e está em péssimo estado de conservação, com trincas e ferragem exposta, e que deverá ser substituída por muro de divisa em alvenaria e concreto armado;
- 3.2. Considerando que a escola não possui calçada adequada em seu entorno e em alguns locais até mesmo não existe;
- 3.3. Considerando que os banheiros dos alunos do prédio da frente necessitam de reforma e adequação para a inclusão de sanitário PNE;
- 3.4. Considerando que existe uma cobertura em estrutura de madeira improvisada com telhas de fibrocimento a qual serve como refeitório de funcionários, a qual deve ser substituída por nova cobertura executada adequadamente;
- 3.5. Considerando que o piso é do tipo granilite, entretanto o mesmo necessita de calafetação, polimento e aplicação de resina;
- 3.6. Considerando que a pintura está desgastada, considerando que as esquadrias se encontram deterioradas, considerando que não há barrado cerâmico desgastado, considerando que a cozinha e refeitório necessitam de adequações;
- 3.7. Considerando que a rede de esgoto se encontra ineficiente, considerando que o abastecimento de água fria deverá ter capacidade maior do que o existente, como também melhor adequação de sua instalação;
- 3.8. Considerando que a iluminação do refeitório, pátio coberto e corredores são composta por lâmpadas LEDs compactas, as quais são insuficientes para o local, e há extensões de pontos elétricos que foram realizadas derivando de circuitos existentes, sem estudo de carga, que podem ocasionar sobrecargas e desequilíbrio de fases, considerando que não há iluminação externa na unidade escolar, considerando que não foi identificada a existência de QGBT na unidade escolar; Considerando que O caixa de passagem localizada próximo ao padrão de entrada de energia atual possui várias emendas nos alimentadores. Esse tipo de emenda ocasiona pontos quentes levando ao desequilíbrio do sistema, gasto a mais de energia, diminuição da vida útil dos cabos e até curto-circuito, por se tornar um ponto sensível para passagem de corrente.
- 3.9. Considerando que é necessária a instalação de aparelhos de ar condicionado nos ambientes educacionais e que a climatização dos ambientes necessita um aumento de fornecimento de energia com substituição e execução de pontos elétricos;
- 3.10. Considerando que os circuitos terminais da unidade escolar encontram-se fora dos padrões exigidos pela norma NBR5410 de instalações elétricas em baixa tensão, pois ao longo do tempo a escola acrescentou inúmeros pontos de utilização nos circuitos existentes nos quadros de distribuição sem a orientação



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

de um profissional responsável, estas ampliações de pontos foram feitas sem infraestrutura para encaminhamento dos cabos adequada, em vários pontos da unidade há cabos pendurados e canaletas sistema X danificadas, além de extensões e multiplicadores de tomadas. Por esse motivo os alimentadores apresentam desequilíbrio, alguns circuitos alimentam pontos de iluminação e força. Os circuitos terminais também não estão identificados de forma eficiente, impossibilitando seu desarme em caso de manutenção ou de emergência.

- 3.11. Considerando o atendimento as Normas Técnicas do CBM-ES;
- 3.12. Esta contratação justifica-se em função da necessidade de promover a solução de todos os itens listados acima, além de fornecer melhores condições de uso e segurança do ambiente da escola aos profissionais, alunos e comunidades que frequentam o local.

4. DO REGIME E DO TIPO DE CONTRATAÇÃO

- 4.1. Fica estabelecida a forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, nos termos do artigo 10, inciso II, alínea b, da Lei 8.666/93. O julgamento da licitação será feito pelo critério de menor preço global.

5. DO VALOR

- 5.1. O valor estimado para a execução do objeto é de **R\$ 1.471.703,41 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil, setecentos e três reais e quarenta e um centavos)** na data base janeiro/2021, conforme orçamento 1003101.

6. DOS REAJUSTAMENTOS DOS PREÇOS

- 6.1. O reajuste será concedido decorridos 12 meses da data base do orçamento;
- 6.2. O valor do reajustamento será determinado por intermédio da seguinte fórmula:

$$R = V \times ((I1 / I0) - 1)$$

Sendo:

R= Valor do reajustamento procurado;

V= Valor parcela a ser reajustada;

I0= Índice nacional da Construção Civil, Edificações, relativo ao mês e ano da data base do orçamento a que a proposta se referir;

I1= Índice nacional da Construção Civil, Edificações, relativo ao 1º mês do novo período em que deverá se dar o reajuste;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- 6.3. Compete à Contratada a iniciativa da solicitação do reajuste e a apresentação do seu cálculo, a ser aprovado pelo contratante;
- 6.4. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, dispensada a análise previa pela Procuradoria Geral do Estado;
- 6.5. Os reajustes a que o contratado fizer jus, mas que não forem requeridos formalmente durante a vigência do contrato serão considerados renunciados;
- 6.6. Os atrasos na execução do objeto segundo os prazos estabelecidos no contrato não poderão ensejar o reajuste de preços, caso sejam atribuíveis à contratada, podendo, ainda, nesta hipótese, resultar na aplicação das penalidades previstas no contrato.

7. DA LEGISLAÇÃO, DAS NORMAS E DOS REGULAMENTOS

- 7.1. Este documento foi elaborado com base nas seguintes legislações, que devem ser respeitadas para a execução do objeto:
 - I. Lei nº 8.666/93 de 21 de junho 1993;
 - II. Decreto estadual Nº 2971-R, de 08 de março de 2012;
 - III. Normas técnicas da ABNT ou, na falta dessas, dos organismos internacionais.

8. DOS PRAZOS

- 8.1. O prazo de execução dos serviços a serem contratados é de 360 (Trezentos e sessenta) dias corridos, contados da assinatura da ordem de serviços de acordo com o cronograma de desembolso anexo ao processo a contar da data da Ordem de Início de execução dos serviços e devendo ser assegurada a publicidade, por meio do Diário Oficial.
- 8.2. O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial do Estado, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, e terá duração de 540 (quinhentos e quarenta) dias.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1. É de fundamental importância o acompanhamento dos serviços a serem contratados. Dessa forma, deverão ser indicados os seguintes profissionais como responsáveis técnicos:
 - I. Engenheiro Civil ou Arquiteto;
 - II. Engenheiro Eletricista;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- III. Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho.
- 9.2. Os profissionais devem possuir graduação plena, sendo possível sua substituição nas condições abaixo discriminadas:
- I. A indicação de Engenheiro Civil ou Arquiteto poderá ser substituído por Engenheiro Eletricista com as atribuições descritas no artigo 33 do Decreto nº 23.569/33 (Engenheiro Politécnico) ou por profissional de nível superior devidamente registrado no CREA/CAU com atribuição para execução dos serviços constantes nas planilhas, desde que os mesmos detenham o Acervo Técnico correspondente;
 - II. A indicação de Engenheiro Eletricista poderá ser substituída por Engenheiro Civil com as atribuições descritas no artigo 28 e 29 do Decreto nº 23.569/33 (Engenheiro Politécnico) ou por profissional de nível superior devidamente registrado no CREA/CAU com atribuição para execução dos serviços constantes nas planilhas, desde que os mesmos detenham o Acervo Técnico correspondente.

10. DA CAPACIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS

10.1. Os responsáveis técnicos pela execução dos serviços deverão dispor de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, chancelado(s) pelo CREA/CAU, acompanhado(s) da(s) correspondente(s) certidão(ões) de acervo técnico (CAT) que comprove(m) a execução dos serviços de maior relevância e valor significativo, conforme discriminado a seguir:

I. Engenheiro Civil ou Arquiteto:

Item	Descrição do Serviço
a	Execução de reforma/construção
b	Execução de reboco e/ou emboço
c	Execução de estrutura de concreto armado

II. Engenheiro Eletricista:

Item	Descrição do Serviço
a	Execução de instalação elétrica de baixa tensão



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

Observações:

- I. O(s) atestado(s) deverá(ão) explicitar, claramente, todos os serviços executados. A comissão solicita que a licitante destaque no atestado, através de grifo ou cor, o atendimento às exigências;
- II. Poderão ser aceitos atestados parciais, referentes a obras/serviços em andamento, desde que o atestado indique expressamente a conclusão da parcela a ser comprovada, para fins de capacidade técnico-operacional;
- III. Será admitido o somatório de atestados para comprovação da experiência anterior do Responsável Técnico, podendo inclusive indicar mais de um Responsável Técnico, na execução de todos os serviços discriminados;
- IV. Não serão aceitos atestado(s) ou CATs de projeto, fiscalização, supervisão, gerenciamento, controle tecnológico ou assessoria técnica de obras;
- V. Não é necessária a apresentação de atestado de capacidade técnica para o Técnico em Segurança do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, sendo necessária apenas a indicação do profissional como solicitado no item 8.1;
- VI. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituído deverá atender as mesmas exigências do Edital de Licitação.

11. DA CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA

- 11.1. A licitante deverá apresentar registro ou Inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da região da sede da empresa (art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93);
- 11.2. Deverá ser apresentada a comprovação de que o licitante executou/prestou, sem restrição, serviço/obra de características semelhantes ao objeto deste termo de referência, considerando-se as parcelas de maior relevância e quantitativos mínimos a seguir definidos;
- 11.3. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado ou Certidão de Acervo Técnico, certificado pelo CREA, devidamente assinado e carimbado pelo órgão ou entidade pública ou privada declarante. As características semelhantes para comprovação da capacidade técnico-



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

operacional do licitante, na forma do art. 30, II c/c § 2º, da Lei Federal n. 8.666/93, são, cumulativamente:

Item	Descrição do Serviço	Quantitativo Mínimo
a	Execução de reforma/construção	691,00 m ²
b	Execução de reboco e/ou emboço	622,00 m ²
c	Execução de estrutura de concreto armado	37,00 m ³
d	Execução de instalação elétrica de baixa tensão	

12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 12.1. Para a habilitação financeira utilizaremos o índice contábil do patrimônio líquido além da análise dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- 12.2. A comprovação de patrimônio líquido será equivalente a 10% (por cento) do valor estimado para contratação.
- 12.3. A comprovação do Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) será equivalente ao percentual mínimo de 16,66% (dezesseis e sessenta e seis por cento) do valor estimado para a contratação;
- 12.4. Os valores constantes do Balanço serão convertidos para o mês de Novembro/2020 pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, para fins de cálculo do Capital Circulante Líquido.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Será admitida a subcontratação dos serviços, se previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO, desde que não constituam o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento, devendo a empresa indicada pela licitante contratada, antes do início da realização dos serviços, apresentar documentação que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária;
- 13.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. As medições serão mensais, exceto a última que ocorrerá quando da conclusão dos serviços e do recebimento provisório;
- 14.2. As medições serão sempre efetuadas sobre o total realizado, sendo paga proporcionalmente ao executado conforme o período estabelecido no item 14.1, sendo que os eventuais serviços impugnados pela fiscalização não serão considerados até sua correção total;
- 14.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 14.4. O pagamento de qualquer fatura dar-se-á em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega da fatura e demais documentações exigidas;
- 14.5. Serão acrescidos ao prazo para pagamento constante no item anterior os dias em que a CONTRATADA concorrer para o atraso dos pagamentos, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela SEDU;
- 14.6. As faturas deverão ser emitidas e entregues à SEDU a partir das datas das aprovações das correspondentes medições;
- 14.7. A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Mensal de Andamento das Atividades – RMAA, com a indicação da parcela do cronograma físico-financeiro adimplida e, por conseguinte, a solicitação de medição desta parcela, para que a SEDU proceda ao recebimento provisório e definitivo dos serviços correspondentes, nos termos dispostos nesta cláusula;
- 14.8. O RMAA deverá conter:
 - a) Indicação de mês e ano de referência;
 - b) Gráfico com a demonstração do andamento da obra previsto (linha de base) *versus* realizado;
 - c) Boletim contendo principais atividades previstas para o mês, contendo, no mínimo, aquelas que foram apresentadas no caminho crítico, e as atividades efetivamente realizadas (etapas e fases), a parcela do cronograma físico-financeiro que foi adimplida e a solicitação de pagamento;
 - d) Ensaios realizados e seus resultados;
 - e) Eventuais justificativas para os atrasos (caso existam) nas atividades que impactaram o caminho crítico;
 - f) Relação da equipe utilizada no período (nominando o pessoal, a sua função e a sua relação com a empresa por atividade);
 - g) Correspondências expedidas e recebidas e diários de obra preenchidos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- h) As atividades previstas para os três meses subsequentes, evidenciando mês a mês, pelo menos, aquelas que estão no caminho crítico e principais equipamentos e materiais que serão necessários para o desenvolvimento destas atividades;
 - i) Planilha orçamentária com seus quantitativos, preços unitários e totais, valores acumulados já recebidos e indicativo de valor a receber no mês;
 - j) Outras informações julgadas pertinentes pela fiscalização.
- 14.9. A CONTRATADA deverá enviar o Relatório Mensal de Andamento das Atividades mesmo quando não atingir o percentual da parcela do cronograma físico-financeiro, devendo, neste caso, consignar no relatório tal fato;
- 14.10. A entrega do Relatório Mensal de Andamento das Atividades e a comprovação do adimplemento da parcela mensal do cronograma físico-financeiro é condição para a efetiva medição e pagamento;
- 14.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;
- 14.12. A SEDU comunicará a CONTRATADA, preferencialmente, via e-mail, quanto da aprovação das medições;
- 14.13. A devolução de qualquer fatura relativa à medição não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a detentora suspenda a execução dos serviços;
- 14.14. Os pagamentos estarão condicionados à apresentação dos comprovantes de quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributárias, mediante apresentação do “RELATÓRIO DE COMPROVAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DE ENCARGOS – RECAE”. Conforme o estabelecido pela Lei nº 5.383/97, Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 049-R/2010 e INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE Nº. 001/2008, ambas do Estado do Espírito Santo.

15. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

15.1. Das obrigações da contratante:

- I. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;
- II. Elaborar as planilhas de apontamento de serviços, para fins de processamento dos serviços executados, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados;
- III. Liberar os locais para execução dos serviços;
- IV. Acompanhar a execução do contrato de acordo com as normas da portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- V. Indicar, formalmente, o gestor para acompanhamento da execução contratual;
- VI. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços que verificará o cumprimento das especificações e aplicações, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços;
- VII. Efetuar o pagamento do preço previsto nas condições definidas neste projeto básico.

15.2. Das Obrigações da Contratada:

- I. Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias da data de assinatura da carta contrato, uma via quitada à SEDU, do documento de “Anotação de Responsabilidade Técnica” - ART, formalizado pelo CREA/ES;
- II. Fornecer, no local de sua aplicação ou utilização, toda mão-de-obra, materiais e equipamentos, compatíveis com o objeto do contrato, requisitados pela fiscalização;
- III. Apresentar um plano de ataque de obra que viabilize o planejamento da execução dos serviços conforme cronograma pré-determinado neste certame licitatório;
- IV. Manter, na direção da execução do(s) serviço(s), profissional(ais) legalmente habilitado(s) pelo CREA, que será(ão) seu(s) preposto(s);
- V. Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o pessoal cuja presença nos locais dos serviços for julgada inconveniente pela SEDU, incluindo-se o(s) responsável(eis) pelo(s) serviço(s);
- VI. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da legislação federal, estadual e municipal, as normas e catálogos técnicos publicados pelo DER (Normas de Apresentação de Projetos – Arquitetura/Estrutura/Hidráulica/Elétrica, Catálogos de Ambiente, Catálogo de Componentes e Catálogo de Serviços), bem como cumprir as determinações dos poderes públicos, mantendo os locais dos serviços sempre limpos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina nos termos da norma regulamentadora nº 18 (Ministério do Trabalho), além de executar os serviços de acordo com as melhores técnicas disponíveis, com a regulamentação brasileira, com as normas técnicas da ABNT, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução;
- VII. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram a carta contrato, no prazo determinado;
- VIII. Manter nos locais dos serviços os livros de ocorrências/diário de obra, para uso exclusivo da SEDU e jogos completos de todos os documentos técnicos;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- IX. Refazer, a suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato e os que apresentarem defeitos de material, desconformidades ao especificado, execução em desacordo com a boa técnica ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável;
- X. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar, por si ou por seus empregados, à SEDU ou terceiros;
- XI. Comunicar à GERFE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos locais dos serviços;
- XII. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela SEDU nos livros de ocorrências/diário de obra;
- XIII. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pela SEDU, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos locais da(s) obra(s), bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- XIV. Paralisar, por determinação da SEDU, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros;
- XV. Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência da negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais;
- XVI. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato;
- XVII. Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica e saneamento, para ligações provisórias desses suprimentos;
- XVIII. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;
- XIX. Prover todos os funcionários envolvidos com o(s) serviço(s), dos equipamentos de segurança, EPI's, definidos pela legislação trabalhista e na norma regulamentadora nº 6 (Ministério do Trabalho);
- XX. Preservar da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes;
- XXI. Manter, durante toda a validade da carta contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XXII. Manter o local da obra e/ou dos serviços isolado, não permitindo o acesso de pessoas estranhas ao mesmo, sem a prévia e expressa



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- autorização da SEDU. A não observância desta norma acarretará a responsabilidade civil e criminal, perdas, danos e prejuízos decorrentes;
- XXIII. Dispor em obra a instalação de 01 câmera de vídeo monitoramento dispostas de modo a dar visibilidade ao andamento externo e interno de toda a obra e de modo a garantir a segurança da obra, sem gerar ônus a administração;
- XXIV. Submeter-se às normas da portaria SEGER/PGE/SECONT Nº 49-R/2010, de 24/08/2010, publicada em 25/08/2010, durante a execução do contrato;
- XXV. Realizar a coleta seletiva de resíduos sem ônus para a administração de modo a classificar e destinar corretamente em área licenciada os resíduos decorrentes de construção/demolição gerados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2020 e NBR 10004:2004 em:
- Classe A – alvenaria, concreto, argamassas e solos;
 - Classe B – madeira, metal, plástico e papel;
 - Classe C – produtos sem tecnologia disponível para recuperação (ex: gesso, por exemplo). Destinação: conforme norma técnica específica;
 - Classe D – resíduos perigosos (tintas, óleos, solventes, etc.).
- XXVI. Adotar medidas para evitar desperdício de água e energia elétrica durante a execução dos serviços;
- XXVII. Realizar programa de treinamento dos empregados visando a redução do consumo de energia elétrica, água e separação de resíduos sólidos;
- XXVIII. É de responsabilidade da CONTRATADA a obtenção de todas as licenças, autorizações e alvarás, inclusive pagamento das taxas, necessários para operacionalização dos serviços e atividades que serão realizadas, inclusive para as áreas de apoio e descarte de material pertinente a regular execução do objeto contratado.

16. DAS PENALIDADES

- 16.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
- 16.2. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 16.3. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- 16.4. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 13.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;
- 16.5. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:
- (a) advertência;
 - (b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
 - (c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 - (d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.
- 16.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” deste item não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”);
- 16.7. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c” e “d”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual;
- 16.8. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais sanções administrativas;
- 16.9. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado.

17. DOS ELEMENTOS TÉCNICOS DA LICITAÇÃO

- 17.1. Este termo de referência é composto pelos elementos técnicos necessários à execução do objeto a ser contratado, estando relacionados neste processo;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Educação

Subsecretaria de Estado de Suporte à Educação

Gerência de Rede Física Escolar

- 17.2. Se no decorrer do procedimento licitatório houver necessidade de mais ou melhores detalhamentos dos elementos técnicos acima referidos, ou houver a constatação de inconsistências nos projetos de mesmas disciplinas, ou houver a constatação de incompatibilidades entre os projetos de mesmas ou distintas disciplinas, o interessado deverá solicitar esclarecimentos à Comissão Permanente de Licitação, nos termos regradados pelo edital.

18. DO GERENCIAMENTO

- 18.1. A Gerência de Rede Física Escolar (GERFE) designará responsável pelo gerenciamento da execução do presente instrumento, registrando em relatório todas as ocorrências e deficiências eventualmente verificadas, emitindo, caso constate alguma irregularidade, notificação a ser encaminhada à CONTRATADA para correções;
- 18.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização dos contratos deverão observar as atribuições constantes na Portaria 049-R.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. O edital de licitação deverá seguir a minuta padrão da PGE vigente a época da fase interna da licitação.